

Araucaria. Año 8, Nº 15 Primer semestre de 2006.

Política da memória no Brasil: Raça e história em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre

Jaime Ginzburg |Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq Projeto Literatura e Autoritarismo

Resumo

Este trabalho pretende examinar o problema da política da memória no Brasil, seguindo idéias propostas por Nelly Richard, Pieter Duvenage e Theodor Adorno. O objetivo é avaliar como diferentes imagens do passado implicam em problemas para o desenvolvimento de debates contemporâneos. Dentro do contexto do período de 1920 a 1945, foi escolhido como exemplo o confronto, no que se refere à abordagem da questão racial, entre Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, para pensar os riscos de uma reflexão atual sobre o período que, adotando perspectiva conservadora, não leve em conta as oposições entre esses autores.

Palavras-chave: Política da memória, Racismo, Gilberto Freyre

Abstract

This essay tries to examine politics of memory in Brasil, according to ideas presented by Nelly Richard, Pieter Duvenage and Theodor Adorno. The purpose is to show how images of the past can bring trouble to the ways we develop contemporary debates. Considering information referring to 1920-1945, we consider as a strong case the debate between Gilberto Freyre and Oliveira Vianna. It is wrong to develop reflections concerning this period, without considering the differences between their positions, referring to racial issues.

Key Words: Politics of memory, Racism, Gilberto Freyre

Estudos de Nelly Richard e Pieter Duvenage têm contribuído de maneira decisiva para o fortalecimento da constituição de pesquisas em política da memória. A partir desse crescimento, tem sido possível verificar, em variados contextos, que a construção de imagens do passado pode servir a interesses de dominação e exclusão. Essa construção pode se dar por diversos meios, tanto no campo legislativo e jurídico, em ações institucionais, como na indústria cultural, e no âmbito escolar e universitário. A reflexão sobre política da memória tem efeitos vertiginosos. Imagens seguras e estáveis do passado podem servir de referência para tomadas de decisões no presente. Se as imagens do passado forem deliberadamente manipuladas e distorcidas,

os processos sociais no presente são condicionados pelos interesses dos responsáveis por essas manipulações. O modo como elaboramos a percepção do papel da memória e da história, como explica Jacy Alves Seixas, pode estar associado a confrontos entre interesses sociais e políticos.

A partir de Richard e Duvenage, que dedicaram sua atenção a sociedades profundamente marcadas por conflitos políticos e processos históricos intensamente violentos, um olhar para o Brasil abre o horizonte para procurar entender os dilemas do presente à luz do passado. Esse passado não está previamente entendido ou delimitado, mas deve ser constantemente posto em debate; a configuração do passado depende do estabelecimento de pontos de vista, critérios de avaliação, mecanismos seletivos de memória individual e coletiva. Falar em uma política da memória envolve, nesse sentido, admitir que as imagens do passado entram em confronto entre si, de acordo com diferentes estratégias de intervenção, em favor de diversos valores sociais.

Na cultura brasileira, um exemplo particularmente rico de conseqüências é o caso dos estudos sobre Gilberto Freyre. Ainda recentemente, há poucos dias, escutei em um congresso uma palestrante apontando *Casa-grande e senzala*, publicado em 1933, como um livro racista. O argumento consistia, repetindo uma espécie de percepção comum em estudos sobre o autor, em que o livro defende a democracia racial, omitindo ou negando o tratamento agressivo a que os negros foram submetidos durante a escravidão.

Com relação a esse argumento, é possível encaminhar o debate indicando que, em numerosas passagens, o tratamento agressivo recebido pelos negros foi incorporado ao livro. No entanto, neste momento, acredito ser importante retomar as condições concretas de produção do livro, isto é, sua contextualização no campo intelectual brasileiro dos anos 30.

Quando Freyre escreve o livro, o ambiente está predominantemente dominado por intelectuais conservadores. Essa hegemonia fica fortemente exposta entre 1935 e 1940, com intenso grau de debate, em jornais e livros, e mais do que isso, por escolhas feitas pelo governo de Getúlio Vargas para sustentar suas decisões referentes a política educacional, migrações e relações entre raça e cultura. Esse processo foi descrito em detalhe em livros de Sérgio Miceli e Maria Celina Araújo[1].

Um dos intelectuais mais prestigiados desse tempo ainda tem seguidores na vida universitária recente. Oliveira Vianna, em seu tratado *Evolução do povo brasileiro*, escrito em 1923, utilizou métodos considerados, para a época, rigorosamente científicos. Tabelas, estatísticas, fontes primárias. Com enorme detalhamento, sobretudo em dados geográficos, o tratado propõe a necessidade de fortalecimento racial do país. A política do branqueamento foi influente no Estado Novo, podendo ser percebida tanto na legislação vigente como na imprensa, por exemplo, em cartuns da *Revista Careta*.

Para Lúcia Lippi Oliveira[2] , Oliveira Vianna foi o grande debatedor de Gilberto Freyre. As diferenças radicais entre *Casa-grande e senzala* e *Evolução do povo brasileiro*, publicado na década anterior, são fundamentais. Em Freyre, a cultura brasileira é enriquecida pela integração de elementos portugueses e africanos. Um dos pontos de maior evidência desse crescimento é a exposição sobre a língua, em que os níveis de formalidade e informalidade são reformulados a partir do encontro de contribuições. Em Vianna, a presença de negros é um fator de fragilidade. A mestiçagem deve ser estimulada apenas como caminho necessário para a maior purificação.

A discussão quanto à disposição de Freyre em apresentar a violência de brancos contra negros é legítima. É perceptível o esforço de Freyre em não priorizar, na imagem da formação social brasileira, o elemento antagônico, configurando um processo dialético, com a produção de sínteses originais. No entanto, cabe retomar a posição de que o livro de Freyre seja racista.

Quando publica *Casa-grande e senzala*, Freyre elabora uma posição que, em termos históricos, é rigorosamente crítica ao pensamento conservador. Em sua tese está o princípio de uma integração da contribuição cultural dos negros, como necessidade interna da constituição da sociedade brasileira. O público que toma contato com esse livro está, em grande parte, influenciado pelo ideário de Oliveira Vianna e seus pares.

O livro de Freyre, nesse sentido, ingressa em um meio intelectual em que o racismo está legitimado sob forma de ciência exata, se coloca contrariamente ao que está circulando. Em vez de excluir o elemento negro rumo à purificação ariana, propõe admitir e valorizar a contribuição negra à sociedade brasileira.

Lendo os dois livros lado a lado, e recuperando elementos referentes às suas condições de produção e recepção, fica bastante claro que, consideradas as contingências, que incluem autoritarismo político, reacionarismo intelectual e arrogância elitista, Gilberto Freyre deu um passo muito positivo em termos de reconhecimento da contribuição dos negros, e com isso, de um enfrentamento da postura excludente que levaria a defender o branqueamento.

O problema fica ainda mais ostensivo quando encontramos diversas conexões intertextuais entre Oliveira Vianna, Gustavo Barroso e Miguel Reale, todos dotados de elevado prestígio no campo intelectual hegemônico. Barroso, na *História secreta do Brasil*, editado em 1939, emprega uma linha argumentativa semelhante. Seu objetivo não é o branqueamento, mas a exclusão dos judeus. Com o mesmo mecanismo purista, o tratado anti-semita de Barroso atribui a fraqueza social e as crises sociais do país a ações do judaísmo organizado. Reale, admirador de Vianna, contribuiu na redação da constituição do Estado Novo. Foi claro e repetitivo em sua admiração a Mussolini e sua defesa do fascismo para o Brasil.

O fato de que continuamos lendo artigos e ouvindo palestras em que Gilberto Freyre é acusado de racista merece atenção. Considerá-lo conservador, em uma perspectiva anacrônica, como se *Casa-grande* tivesse sido escrito em 2004, é uma linha argumentativa redutora e falseadora. É importante que o trabalho de Freyre seja debatido, mas levando em conta a historicidade de seu pensamento. Essa historicidade supõe estabelecer quem foram os interlocutores de Freyre, a quem ele se dirigia.

Esse exemplo pode ser considerado um caso importante de política da memória no Brasil. O pesquisador pode procurar recuperar a historicidade, para além de estereótipos, repetições de leituras redutoras, anacronismos, frases de efeito ou aplicações forçadas de modelos teóricos inadequados. Ao recuperar a historicidade, encontrará um elemento fundamental. O livro de Freyre fala da experiência colonial, discute o passado e avalia categorias analíticas de estudo da sociedade. Não faz isso sem motivações calcadas no seu próprio presente.

É espantoso para o leitor de *Casa-grande e senzala*, quando é recuperado o contexto de produção, avaliar a situação do público dos anos 30. A observação do sucesso de cartuns racistas na *Revista Careta*, por exemplo, permite sinalizar até que ponto ser negro é considerado comumente objeto de riso. Mais do que isso, em vários

documentos do Estado Novo, como indica a compilação de Simon Schwartzman sobre o arquivo Gustavo Capanema[3] encontramos uma condição difícil, quase inviável, para a abertura de discussão pública consistente das questões raciais. Boris Fausto examinou os componentes institucionais responsáveis por essa condição.

Ainda mais espantoso é considerar a enorme parcela da população que não tinha acesso à cultura erudita e à leitura sistemática. Os estudos de Adriano Duarte[4] e Maria Celina Araújo[5] são esclarecedores nesse sentido, acentuando os mecanismos de exclusão social empregados nas decisões institucionais do período. Com a sujeição às determinações da elite econômica e do poder político, era comum ocorrerem no cotidiano impactos, de variadas formas, nas relações de sociabilidade, que se conectavam com o debate no campo intelectual. Vários exemplos concretos foram enumerados por Anatol Rosenfeld, associando os componentes público e privado dessas relações. Se a posição de Vianna apontava para uma descartabilidade do negro, como impuro e prejudicial, o livro de Freyre, ao falar do passado colonial, sugere uma ruptura com esses impactos na sociabilidade, nos anos 30 no Brasil. Sua expectativa não é apenas mudar a imagem do negro na colônia; mais do que isso, é se posicionar em um debate em andamento no Brasil, que determina como tratar os negros em plenos anos 30, contrariando o branqueamento, e defendendo uma posição integradora.

Traz várias conseqüências o fato de ainda se formarem hoje pesquisadores, que ignorando, involuntariamente ou não, as condições de produção e circulação do trabalho de Gilberto Freyre, defendem nas salas de aulas e conferências de universidades que o autor é racista. Podemos pensar nos danos à reputação de Freyre, constantemente em debate. Cabe ainda avaliar a consistência dessas defesas, no sentido da própria responsabilidade intelectual que assumem. O que preocupa mais, neste ponto, é o impacto desse tipo de atitude na formação de estudantes universitários. Quanto mais rarefeito o ambiente em termos de debate, mais fácil a inclinação para admitir como verdades irredutíveis as teses que lêem e escutam, ou ainda para considerar desimportante a necessidade de discutir pontos de vista.

A situação do negro no Brasil contemporâneo é assunto cada vez mais presente, em debates universitários, que se associam freqüentemente a movimentos sociais organizados. No campo das letras, pesquisadores de literatura comparada e estudos

culturais têm avançado nas reflexões. Neste ano, controvérsias motivadas pelo número 50 da Revista *Estudos Avançados*, dedicado ao assunto, permitiram observar a inexistência de consenso quanto ao lugar do negro nas decisões políticas brasileiras. A memória crítica da produção de Vianna poderia levar as controvérsias em torno do assunto do volume a se acentuarem, no momento presente.

Sendo autores complexos, seria esperado que seus trabalhos fossem examinados com muito cuidado. Tanto em Freyre como em Vianna há contradições. Em ambos ocorrem adequações tendo em vista a expectativa de recepção, conscientes da dinâmica difícil e rarefeita de difusão de idéias transformadoras. Qualquer maniqueísmo voltado para um extremismo, procurando legitimar inteiramente um e desautorizar o outro, seria improdutivo para o debate contemporâneo.

Em acordo com a *Dialética negativa* de Adorno, o que precisa ser trazido à tona com a devida clareza é a necessidade interna, no contexto intelectual brasileiro, de que, mesmo tolerando contradições e polêmicas, posições diversas fossem colocadas em cena, exigindo a maturação do meio intelectual, com maior grau de consciência de conjunto. O período é marcado por uma razão antagônica, movimento em que os impasses intelectuais são produtivos e levam a um maior rigor nas expectativas de mudança.

O pensamento conservador, contrariamente a Adorno, se conforta com a omissão do movimento da razão antagônica. Para o conservadorismo, o potencial racista de Oliveira Vianna gerou numerosos frutos em favor da desigualdade social. Deixar Vianna ausente do debate, ou omitir sua oposição a Freyre, consiste em permitir o desdobramento desse potencial em décadas, o que vem ocorrendo até o presente. Como registrou José Carlos Reis[6], Freyre já foi acusado de racista, e tratado de muitos outros modos pejorativos. Essa acusação precisa ser reavaliada, com a devida clareza, à luz da visibilidade do debate, do reconhecimento da razão antagônica que regeu esse processo.

A política da memória não é apenas um problema de interpretação do passado, é também um referencial para orientação das ações do presente. Para configurar uma hipótese ilustrativa, imaginemos que um estudante de graduação, em anos de estudo, resolva estudar o racismo no Brasil, e tenha tido pouco contato com Gilberto Freyre. Por acaso ou por contingências, cai no interior do público da conferência que ouvi há

poucos dias, e assume como verdade, ou pelo menos como leitura autorizada, a acusação de que Freyre é racista.

Nessa hipótese ilustrativa, se esse estudante não conhecer o horizonte das condições de produção e circulação de Freyre, se não tiver oportunidade de ler Miguel Reale e Gustavo Barroso, se não compreender o quanto a produção intelectual de prestígio pode ser conservadora, corre o risco de levar adiante em sua vida acadêmica e profissional uma imagem redutora de Freyre. Mais ainda, se não tiver oportunidade de ler *Evolução do povo brasileiro*, estará ignorando um dos principais fundamentos de ideologias autoritárias, excludentes e racistas em circulação na elite brasileira no período de 20 e 40. Essa lacuna distorce a qualificação do debate sobre a posição de Freyre. Com isso, estará sendo ignorado que, ao defender a política do branqueamento, *Evolução do povo brasileiro* é um caso de expressão intelectual preconceituosa que, comparado a *Casa-grande e senzala*, permite ver mérito e coragem, em circunstâncias espaço-temporais marcadas, por parte de Gilberto Freyre. De diferentes modos, isso foi observado por Manuel Correia de Andrade [7], Elide Bastos [8] e Peter Fry [9].

A quem interessa que esse hipotético estudante tenha uma visão distorcida de Freyre e ignore a banalidade do mal do pensamento de Oliveira Vianna? Embora possa parecer um debate distante, ocorrido há cerca de sete décadas, o movimento tenso de discussão, em que a pauta aponta para a integração ou a exclusão da contribuição do negro para a sociedade brasileira, deve ser visto em perspectiva tríplice.

Há pelo menos três experiências envolvidas nesse debate, e o olhar do historiador precisa articular, em profundidade, as implicações das relações entre elas. Cronologicamente, o primeiro período temporal em pauta, referente aos séculos XVII a XIX, corresponde à escravidão, assunto de *Casa-grande e senzala* e de *Evolução do povo brasileiro*. Com relação a esse período, podemos observar que os livros estabelecem configurações narrativas diferentes. Voltado para a acentuação do esforço de síntese e para o movimento de integração, Freyre elabora uma narração que combina recursos de historiador, sociólogo, cronista e romancista, unindo argumento e descrição, anedota e provérbio, explicitação de fontes e paródia de seus pares, conforme descrito por Asa Briggs. Assim como a perspectiva temática é de integração de diferentes culturas e contribuições, também no campo formal Freyre deixa de lado a pureza de gêneros e, como quer Theodor Adorno, torna a mistura de gêneros um

mecanismo de provocação, de recusa de convenções. Em Vianna ocorre o oposto. A estilização aproxima o livro de tratados de geografia, biologia e história natural. O efeito persuasivo da estrutura discursiva procura a adesão do interlocutor, através da contundência das provas da suposta inferioridade racial. A prosa busca uma impressão de rigor que tende a conceber a escravidão colonial como um fenômeno de matizes evolucionistas, em que a lógica da causalidade vence as contingências. São duas versões radicalmente diferentes da história colonial.

A segunda experiência temporal é do período de 1920 a 1945, em que ambos os pensadores vão encontrar formas de manifestar seus posicionamentos. Bolívar Lamounier[10] e Randal Johnson [11] , entre outros, apresentaram informações importantes no que se refere ao debate intelectual e político nesse período. Não se trata apenas de entender as relações entre os intelectuais e as lideranças de governo, mas de observar as posições políticas dos próprios intelectuais que, conforme Johnson, estavam em profundas divergências. Por variadas razões, em alguns casos, a construção feita por historiadores sobre o período se move em caminho contrário, procurando homogeneidade em um campo de conflito. Um caso a destacar é a reflexão de José Murilo de Carvalho, que ao comparar Oliveira Vianna e Gilberto Freyre propõe que há muito em comum entre os dois [12] , em detrimento das diferenças apontadas anteriormente. É da maior importância, para o atual debate sobre o estudo do problema racial brasileiro, incluir e discutir a perspectiva de Carvalho, em contraponto com a de Lúcia Lippi Oliveira[13] . É possível narrar a história do debate em perspectivas diversificadas, e mesmo contraditórias. Assumindo a perspectiva adorniana, seguindo a *Dialética Negativa*, entre dois pensadores com posições em confronto, o antagonismo pode assumir um papel constitutivo no processo histórico.

A terceira instância temporal a considerar é o momento presente. O campo intelectual brasileiro, mesmo tendo vivido renovações importantes nas décadas de 80 e 90, é marcado atualmente pela presença de ondas neoconservadoras, que estão dedicadas, de várias formas, a reforçar ideologias autoritárias, heranças patriarcais e concepções de ciência voltadas para a exclusão social. Nesse quadro, retomando a questão sugerida, reduzir Gilberto Freyre a uma falsa caricatura e omitir a pauta racista de Oliveira Vianna são inclinações que se movem em acordo com essas ondas.

Retomando Nelly Richard e Pieter Duvenage, é possível examinar o problema da

política da memória no Brasil, tendo em vista o exemplo das relações entre Freyre e Vianna. O que quer a intelectualidade conservadora, em acordo com valores compatíveis com a omissão ou o preconceito? Construindo imagens do passado capazes de obscurecer a tensão dos debates dos anos 30, bem como as implicações desses debates para o entendimento da história colonial, essa intelectualidade conservadora se conforta com uma configuração do passado favorável à reificação do debate acadêmico e à diminuição de suas chances de um impacto transformador. Falar mal de Gilberto Freyre e omitir a postura racista de Oliveira Vianna consiste em um empenho em politizar autoritariamente o debate sobre o passado, em prejuízo do conhecimento dos fundamentos históricos das relações perversas entre racismo e ciência.

<1. ADORNO, Theodor. *Negative dialectics*. New York: The Continuum Publishing Company, 1999.

<2. ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.

<3. ANDRADE, Manuel Correia. Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30. *Revista USP*. São Paulo, jun-ago 1998. n. 38.

<4. ARAÚJO, Maria Celina, org. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ / Ed. FGV, 1999.

<5. BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. T.1.

<6. BASTOS, Elide R. Casa-grande e senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas, org. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 1999.

<7. BRIGGS, asa. Gilberto Freyre e o estudo da história social. In: VÁRIOS. *Gilberto Freyre na Universidade de Brasília*. Brasília: Ed. UNB, 1980.

<8. CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide & MORAES, João Quantim, orgs. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

<9. DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed.

UFSC, 1999.

<10. DUVENAGE, Pieter. The politics of memory and forgetting after Auschwitz and apartheid. *Philosophy & Social Criticism*. London, 1999. v.25. n.3.

<11. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA USP, 2004. n.50.

<12. FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<13. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

<14. FRY, Peter. Política, nacionalidade e o significado de raça. In: BETHELL, Leslie, org. *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<15. JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro. *Revista USP*. São Paulo: USP, jun/ago 1995. n.26.

<16. JOHNSON, Randal. The institutionalization of Brazilian Modernism. *Brasil / Brazil*. Porto Alegre: PUC-RS/Brown University/Mercado Aberto, 1990. ano 3. n.4.

<17. LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Unb, 1981.

<18. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<19. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide & MORAES, João Quantim, orgs. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

<20. REALE, Miguel. O fenômeno fascista. In: ____. *Obras políticas*. Brasília: Ed. UNB, 1983.

21. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

22. RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

<23. RICHARD, Nelly. Políticas da memória e técnicas do esquecimento. In: MIRANDA, Wander Melo, org. *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

24. ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Perspectiva / Edusp / Ed. Unicamp, 2000.

25. SCHWARTZMAN, Simon, org. *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Ed. UNB, 1983.

26. SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, org. *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

27. VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

[1] Conforme Sergio Miceli, *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; Maria Celina Araújo, org., *As instituições brasileiras da Era Vargas*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ / Ed FGV, 1999.

[2] Lucia Lippi Oliveira, . Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna, in Elide Bastos & João Quantim Moraes, orgs, *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Ed. Unicamp, 1993.

[3] Simon Schwartzman, org, *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*, Brasília, ed. UNB, 1983.

[4] Adriano Luiz Duarte, *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*, Florianópolis, Ed. UFSC, 1999.

[5] Maria Celina Araújo, org., *As instituições brasileiras da Era Vargas*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ / Ed FGV, 1999.

[6] José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Ed FGV, 2000.

[7] Manuel Correia Andrade, Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30, *Revista USP* 38

(1998).

[8] Elide Bastos, Casa-grande e senzala. in Lourenço Dantas Mota, org, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, São Paulo, Senac, 1999.

[9] Peter Fry, Política, nacionalidade e o significado de raça, in Leslie Bethell, org, *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

[10] Bolívar Lamounier, Introdução, in Azevedo Amaral, *O Estado Autoritário e a realidade nacional*, Brasília, Ed. Unb, 1981.

[11] Randal Johnson, A dinâmica do campo literário brasileiro, in *Revista USP* 26 (1995).

[12] José Murilo de Carvalho, A utopia de Oliveira Vianna, in Elide Bastos & João Quantim Moraes, *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Ed. Unicamp, 1993, pág. 35

[13] Lucia Lippi Oliveira, . Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna, in Elide Bastos & João Quantim Moraes, orgs, *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Ed. Unicamp, 1993.